

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/36931	49078/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROPOSTA DE DECISÃO PRELIMINAR

Processo: 2024/500.10.301/469

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Processo de migração

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Processo: 2024/500.10.301/469

Local: Rua de baixo, nº 7, Adaúfe

Assunto: Consulta a outra UO - Viabilidade e modo de legalização

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/34523 de 13 de Novembro de 2025.

RESOLUÇÃO

Em conformidade com a informação que antecede, propõe-se auscultar o DMGT/DU, no sentido de aferir a viabilidade e modo de legalização das desconformidades verificadas no local, para instrução de medidas para reposição da legalidade urbanística conforme o previsto no artº 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação.

Pelo ilícitos encontrados foi antes elaborada a participação interna PI-269-2024, para efeitos de contraordenação.

De dar conhecimento de tal diligência aos interessados.

Despachos

- A 13/11/2025, Filipa Dantas Vilela, na qualidade de Chefe de Divisão: "Uma vez que a DAT já se pronunciou quanto à viabilidade e modo de legalização das desconformidades urbanísticas e, tendo sido, entretanto, indeferido, definitivamente, o pedido de legalização, considera-se desnecessária nova auscultação da DAT.

Assim, propõe-se sejam os interessados novamente notificados para, em face do indeferimento do pedido, e no prazo de 30 dias úteis, encetarem diligências no sentido da execução de trabalhos de correção e/ou alteração, por forma a conformar o executado com as normas legais e regulamentares aplicáveis e/ou, caso entendam, apresentem novo pedido de legalização.

Caso assim não procedam, propõe-se o prosseguimento dos autos, no sentido da determinação de procedimento coercivo, tendo em vista a reposição da legalidade urbanística violada.

Tendo presente que a matéria em apreço - legalização de operações urbanísticas - é competência própria da Câmara Municipal, propõe-se o envio dos autos para deliberação do órgão executivo."



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

